



Projeto: Elaboração do PMSB dos municípios inseridos na Bacia do Rio Paraíba do Sul: Antônio Carlos, Bias Fortes, Bicas, Ewbank da Câmara, Goianá, Santa Rita de Ibitipoca, Santos Dumont, São João Nepomuceno e Tabuleiro

Cliente: AGEVAP

P2 - Projeto de Comunicação e Mobilização Social

Goianá

Revisão	Data	Responsável	Descrição
0	10/10/2013	AHA	Emissão Inicial
1	09/12/2014	AHA	Emissão Final

Sumário

1.	Introdução	3
2.	Bases Para Elaboração do PMSB	5
3.	Apresentação	7
4.	Objetivos	8
4.1.	Geral	8
4.2.	Específicos	8
5.	Comunicação Social	9
6.	Atividades a Serem Desenvolvidas e Metodologias	11
6.1.1.	Oficina de Sinergia	13
6.1.2.	Seminário	14
6.1.3.	Consulta Pública	14
6.1.4.	Audiência Pública	15
6.2.	Produção de Material Para Divulgação	15
6.2.1.	Folder	15
6.2.2.	Cartaz de divulgação	15
6.2.3.	Blog	15
6.2.4.	Veículos de Comunicação – Mapeamento Local	16
6.3.	Atores/Parceiros Envolvidos na Elaboração do PMSB	17
6.4.	Locais de Realização dos Eventos	18
6.5.	Controle das Ações	18
7.	Equipe Técnica	19
8.	Cronograma de Atividades	20
9.	Referências Bibliográficas	21

Lista de Figuras

Figura 1: Esquematização das atribuições delegáveis e indelegáveis da titularidade	4
Figura 2: Princípios básicos que orientam a formulação dos PMSBs	6

Lista de Tabelas

Tabela 1: Cronologia de participação social	20
---	----

1. Introdução

A empresa Conen Consultoria e Engenharia, vencedora do Ato Convocatório nº 012/2013 referente à execução dos serviços de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico dos seguintes municípios inseridos na Bacia do Rio Paraíba do Sul: Antônio Carlos, Bias Fortes, Bicas, Ewbank da Câmara, Goiana, Santa Rita de Ibitipoca, Santos Dumont, São Joao Nepomuceno e Tabuleiro, apresenta à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, o Plano de Comunicação e Mobilização Social contemplado no Contrato nº 21-2013/AGEVAP assinado em 26 de agosto de 2013.

A mobilização social é um fenômeno que está em destaque atualmente. Vista pelo ângulo da comunicação, ela está diretamente ligada ao estabelecimento de ações comunicativas entre os diversos atores sociais que compartilham um objetivo a ser alcançado. Pode-se considerar que o homem é capaz de se reconhecer numa coletividade e nela unir forças, ou seja, se mobilizar ao lado de outros indivíduos a fim de compartilhar anseios, sentimentos e reivindicar direitos na busca de condições melhores de vida.

A participação social é condição indispensável para concretizar o Plano de Saneamento, pois nestas ações é que serão inseridas as necessidades da população; a leitura concreta da realidade que se quer melhorar; a canalização positiva dos conflitos de interesses, com predomínio dos interesses da maioria; as forças favoráveis às mudanças pretendidas e a motivação da comunidade em acompanhar, fiscalizar e exigir sua concretização.

Uma das questões fundamentais apresentadas como um desafio às políticas sociais é a universalização do saneamento básico com qualidade, equidade e continuidade, neste sentido o Plano Municipal de Saneamento Básico fomenta e tem como suas diretrizes buscar condições adequadas para a gestão destes serviços, que em maior público, buscam orientação na concepção e implementação numa visão mais ampla. Estabelecendo desta forma as condições para as prestações dos serviços de saneamento básico, definindo objetivos e metas para universalização, assim como programas, projetos e ações para alcançá-los.

A Lei que instituiu a Política Nacional de Saneamento preconiza ainda que no exercício das atividades de planejamento dos serviços o titular poderá receber cooperação técnica atento as respectivas bacias hidrográficas, sempre que não tenham condições técnicas e econômicas para esta iniciativa. Neste sentido a AGEVAP, através de sua interlocução como braço executivo dos comitês de bacia localizados no Vale do Paraíba do Sul, abraçou essa responsabilidade de contratar a empresa para elaborar esse plano, sem se apropriar da responsabilidade e o compromisso de cada cidade, observando que pela Lei nº 11.445/07 inclusive, cabe a cada unidade federativa a respectiva titularidade.



Figura 1: Esquemática das atribuições delegáveis e indelegáveis da titularidade

Sendo assim e de acordo com o exercício desta titularidade, os municípios podem delegar a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços dos quatro componentes de saneamento básico – abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. No entanto, o planejamento é uma atribuição intransferível, devendo o Plano de Saneamento Básico ser editado pelo titular dos serviços de acordo com as diretrizes mínimas estabelecidas pela Lei nº 11.445/2007 e pelo decreto regulamentador nº 7.217, de junho de 2010. Isto é, observar e garantir as especificidades, respectivas diretrizes e requisitos daquela região.

Desta forma, em todos os planos desenvolvidos, a AGEVAP fomenta a efetiva participação de cada cidade através de oficinas, reuniões públicas, audiências, entre outros instrumentos de mobilização social nos quais são discutidos e apresentados os temas. Consolidando assim sua função executiva com aos comitês de referência recebendo e aplicando os recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água na bacia, através de sua personalidade jurídica de uma associação de direito privado, sem fins lucrativos.

Por fim, a AGEVAP estabeleceu metas para alcançar a universalização do saneamento básico, em toda a abrangência da mesma, nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, de acordo com os objetivos e demais diretrizes estabelecidos na Lei nº 11.445/ 2007; Política Nacional de Saneamento - PNS.

2. Bases Para Elaboração do PMSB

Para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico, a Conen se pautará nos princípios, diretrizes e instrumentos definidos em legislações e nos programas de políticas públicas que abrangem os segmentos de saneamentos, desde os objetivos e diretrizes até os instrumentos metodológicos do processo de participação social e de elaboração, entre eles pode-se destacar:

- **Lei 08.080/1990** – Lei Orgânica da Saúde.
- **Lei 08.987/1995** – Lei de Concessão e Permissão de serviços públicos.
- **Lei 09.433/1997** – Política Nacional de Recursos Hídricos.
- **Lei 10.257/01** – Estatuto das Cidades.
- **Lei 11.107/05** – Lei de Consórcios Públicos.
- **Lei 11.124/05** – Lei do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.
- **Lei 11.445/07** – Lei Nacional de Saneamento Básico.
- **Decreto nº 7.217**, de 21 de junho de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445/2007.
- **Portaria 518/04** do Min. da Saúde e Decreto nº 5.440/05 – Que definem os procedimentos e responsabilidades relativos ao controle de qualidade da água para consumo humano e à informação ao consumidor sobre a qualidade da mesma.
- Resolução Recomendada 75 de 02/07/09 do Conselho das Cidades, que trata da Política e do conteúdo Mínimo dos Planos de Saneamento Básico.
- Resolução CONAMA 283/2001 - Dispõe sobre tratamento e destinação final dos resíduos dos serviços de saúde.
- Resolução CONAMA 307/2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

Além desses dispositivos, devem ser considerados, quando já formulados, os seguintes normativos de âmbito de cada Cidade, Bacia Hidrográfica e Regional sempre que existir:

- Lei Orgânica Municipal, Plano Diretor do Município e o Plano Local de Habitação de Interesse Social.
- Resoluções das Conferências Municipais da Cidade, de Saúde, de Habitação, de Meio Ambiente e de Saúde Ambiental.
- Protocolo de Intenções que define o Consórcio de Saneamento na hipótese do Plano de Saneamento.
- PLDS – Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável.
- Os Planos das Bacias Hidrográficas onde o município está inserido.



Figura 2: Princípios básicos que orientam a formulação dos PMSBs

3. Apresentação

O Plano de Comunicação e Mobilização Social descrito na **Fase 2 – Etapa 1: Planejamento** da elaboração do PMSB do termo de referência, define que: “A participação e o envolvimento da sociedade devem ocorrer ao longo de todo o período de elaboração do plano e que este é instrumento importante para avaliação da eficácia da gestão e da melhoria contínua das políticas e serviços públicos por parte da população”.

A participação social não se limita a obter informações sobre “como funcionam” os serviços, mas se refere principalmente ao exercício da cidadania. Relaciona-se ao posicionamento sobre o funcionamento da cidade e suas políticas públicas. Envolve a socialização de experiências e o debate democrático e transparente de ideias devendo contribuir também para a Educação Ambiental e Sanitária de todos os cidadãos.

[...] a participação é uma aprendizagem. Se conseguimos hoje nos entender, decidir e agir para alcançar alguma coisa, [...]depois seremos capazes de construir e viabilizar soluções para outros problemas. Podemos ainda nos articular com outros grupos para desafios maiores. Quando aprendemos a conversar, a decidir e agir coletivamente ganhamos confiança na nossa capacidade de gerar e viabilizar soluções para nossos problemas, fundamentos para a construção de uma sociedade com identidade e autonomia(TORO, 1997,p.27).

Portanto, a participação social tem importante dimensão educativa, uma vez que cada cidadão possui determinado conhecimento sobre sua vivencia no local, a troca de informações requer a utilização de meios adequados de troca de ideias.

A mobilização da população é fundamental para garantir a corresponsabilidade entre os órgãos públicos e as comunidades. Durante o desenvolvimento do trabalho a participação deve se configurar como meta a ser alcançada e estimulada durante todo o processo, através de estratégias adequadas de apresentações e consultas públicas.

O envolvimento da sociedade que deve ocorrer ao longo de todo o período de elaboração do Plano é instrumento de avaliação da eficácia da gestão e da melhoria contínua das políticas e serviços públicos por parte da população.

Destaca-se que este Plano de Comunicação Social não é um documento imutável, ao contrário, é passível de alterações e constantes aprimoramentos.

4. Objetivos

O Plano de Comunicação e Mobilização Social está focado nos seguintes objetivos:

4.1. Geral

- Estimular a participação da sociedade como um todo e em todas as fases do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico PMSB.

4.2. Específicos

- Divulgar amplamente o processo, as formas e canais de participação e informar os objetivos e desafios do PMSB;
- Disponibilizar as informações necessárias à participação qualificada da sociedade nas fases decisórias do Plano;
- Estimular os seguimentos sociais a participarem do processo de planejamento, acompanhamento e fiscalização das ações previstas.
- Levantar diretrizes e propostas para soluções de problemas locais, através da manifestação popular, a serem consideradas na construção dos futuros diagnósticos.

5. Comunicação Social

A comunicação trabalha como humanizadora das relações do cotidiano, seja no trabalho ou vida pessoal, além disso, é fundamental para obtenção de resultados, por isso, surge como base fundamental para este processo.

Deve-se encarar comunicação como estratégia, na medida em que não basta apenas transmitir informação de qualquer maneira, é preciso enxergar maneiras adequadas de fazê-la, ajustando a linguagem e o conteúdo de acordo com o receptor da mensagem a qual se quer atingir. A comunicação só tem efeito se ela for entendida.

Para que a comunicação com a comunidade durante os eventos que neste trabalho serão propostas seja efetiva e produza frutos, os agentes (técnicos responsáveis) devem apresentar uma linguagem que se aproxime do habitual da comunidade. Não adianta falar de termos técnicos (comuns entre os engenheiros e responsáveis) se para a maioria, que não é do meio (moradores locais/sociedade em geral) talvez não entenda. A linguagem técnica e muito rebuscada para pessoas que não tem o costume de utilizar pode soar como arrogância, causar constrangimentos ou até mesmo criar uma sensação de descrédito. A comunicação com o público deve ser clara, simples e objetiva.

Segundo os autores Cereja e Magalhães, todo ato de comunicação envolve sempre seis componentes essenciais:

- **Emissor:** aquele que diz algo a alguém;
- **Receptor:** aquele com quem o emissor se comunica;
- **Mensagem:** é o texto; tudo o que foi transmitido do emissor ao receptor;
- **Código:** A convenção social que permite ao receptor compreender a mensagem (ex: Língua Portuguesa);
- **Canal:** o meio físico que conduz a mensagem ao receptor (ex: língua oral);
- **Referente:** o assunto da mensagem.

Referente

Mensagem

Emissor.....Receptor

Canal

Código

A comunicação está presente em tudo. As pessoas estão a todo momento se comunicando de alguma forma, seja através da **comunicação escrita** (carta, email...); **comunicação ilustrada** (mapas, desenhos...); **comunicação falada** ou **comunicação por gesto** (aceno amigável com a mão). Estes diferentes tipos de comunicação precisam estar presentes no processo de planejamento de mobilização social, pois, servem para estabelecer uma relação de confiança e credibilidade entre os atores envolvidos.

O processo de comunicação, se bem gerenciado, é capaz de informar e formar pessoas para desenvolverem seu trabalho a fim de se alcançar um objetivo.

Quem faz acontecer as coisas são as pessoas – não planos – e apenas planejar não basta, pois é necessário fazer com que as pessoas executem sua parte no planejamento. (CAHEN, apud VIEIRA, 2004, p. 53).

Na visão do autor, incentivar as pessoas é essencial para que se alcance as metas estabelecidas em um planejamento, pois as metas por si só, não se fazem. É preciso ter pessoas realmente engajadas, comprometidas e motivadas a por em prática as ações propostas, cada qual com seu papel e acima de tudo, cada um sabendo de sua importância naquele trabalho.

Quando um grupo de pessoas conhece o projeto de maneira detalhada, sente-se parte dele; por isso, é preciso envolvê-las na construção do trabalho a ser executado, e não apenas informá-las sobre o que se espera delas. É necessário permitir que a sociedade se envolva nos acontecimentos, valorizando sua capacidade de contribuir e elogiando as atitudes positivas e em caso de haver alguma crítica, estas também precisam ser ouvidas e analisadas. Seja elogio ou crítica, não deixam de ser contribuições para melhorias, ou uma simples reflexão e até mesmo uma diretriz para tomada de decisões importantes.

6. Atividades a Serem Desenvolvidas e Metodologias

A participação da população como um todo é voluntária e não cabe de forma alguma se tornar uma obrigação. Para que as pessoas se sintam atraídas/motivadas a participarem, torna-se necessário que sejam implementados mecanismos de divulgação que sejam atraentes e que de alguma forma sensibilizem as pessoas, despertando nelas o desejo de participação efetiva, ou seja, **RECIPROCIDADE** em prol de um objetivo maior. É fornecer informações, mas também é ganhar conhecimento; é troca de saberes, cada qual com sua experiência. É uma união de forças para se alcançar metas.



A metodologia apresentada neste trabalho, a ser adotada para elaboração do Plano de Comunicação e Mobilização Social está pautado no princípio do **controle social**, instituído na Lei nº 11.445/07, inciso IV, Art. 3º transcrito abaixo:

IV Controle Social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

De acordo com o termo de referência, a participação e o envolvimento da população nos trabalhos, dever ocorrer ao longo de todo o período de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico. Portanto, para que isto ocorra, estão previstas as seguintes atividades:

- Oficina Prévia

Será a primeira atividade a ser desenvolvida, prevista para o mês de outubro. O planejamento para uma Oficina Prévia com as equipes municipais que tem como atividade o acompanhamento da elaboração do respectivo PMSB, intermediada pela AGEVAP, na qual todos os conhecimentos serão nivelados e os contatos estabelecidos. A finalidade desta Oficina é de empossar os participantes e nivelar os conhecimentos acerca de cada município para o processo de elaboração do Plano de Saneamento Básico, suas bases, objetivos, importância e implicações.

O encontro surge na necessidade da organização administrativa para a condução do processo de elaboração de cada PMSB, para este fim, estabelece-se a equipe ou comitê de Coordenação, assim como diante a necessidade da operacionalização deste processo de elaboração de cada PMSB estabelece-se neste momento equipe ou comitê Executivo.

O **Comitê/Equipe de Coordenação** é uma instância deliberativa, formalmente institucionalizada, responsável pela coordenação, condução e acompanhamento da elaboração do Plano, constituída por representantes, com função dirigente, das instituições públicas e civis relacionadas ao saneamento básico sob a coordenação através da AGEVAP, pois esta agência inclui em seu escopo representantes de diversos conselhos, do legislativo, muitas vezes até mesmo do ministério público e organizações civis através dos comitês relacionados.

Já o **Comitê/Equipe Executivo** é uma instância responsável pela operacionalização do processo de elaboração do Plano. Deve ter composição multidisciplinar e incluir técnicos dos órgãos e entidades municipais e dos prestadores de serviço da área de saneamento básico e de áreas afins ao tema, sendo desejável a participação ou o acompanhamento de representantes dos Conselhos, dos prestadores de serviços e organizações da Sociedade Civil.

Fazendo parte de relacionamento às duas Equipes acima se encontra a empresa contratada, Conen Consultoria e Engenharia, para elaboração do PMSB para cada um dos municípios.

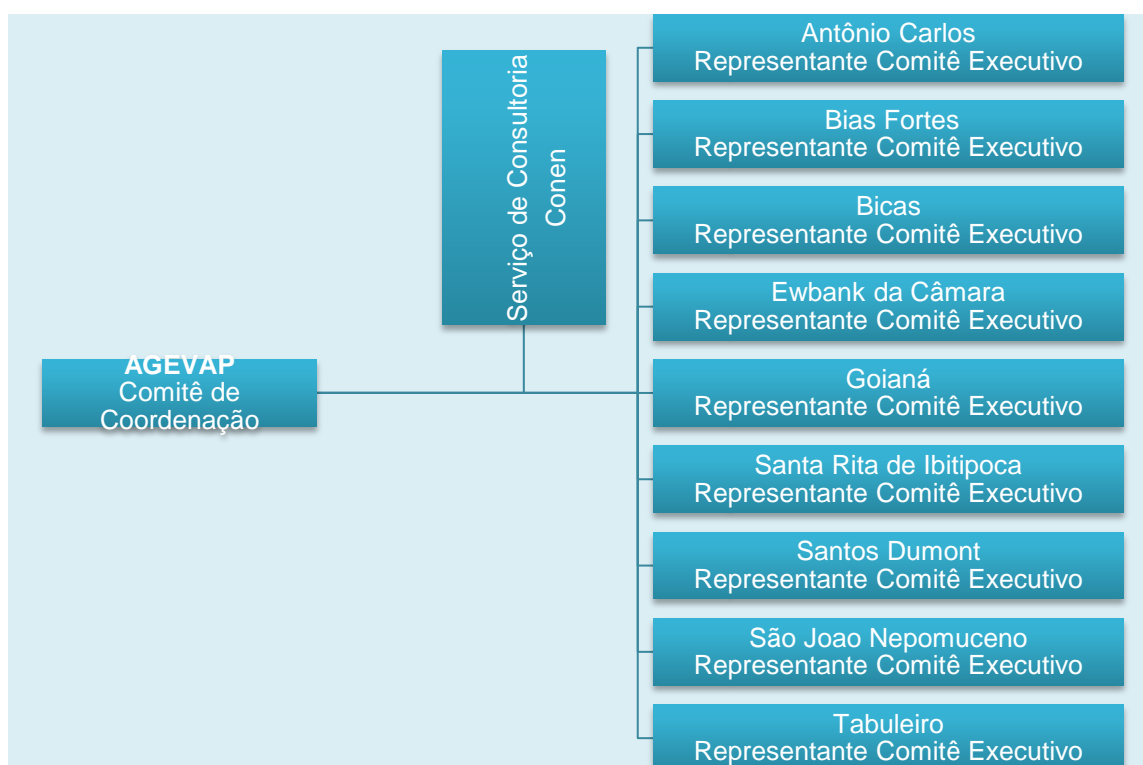


Gráfico 6.1: Organograma Administrativo do Processo de Elaboração do PMSB

6.1.1. Oficina de Sinergia

As oficinas são atividades de mobilização social para fomentação/indução da participação social. Visam potencializar as informações para todos os segmentos e atores envolvidos valorizando o saber, a cultura popular e a tomada de consciência sobre a própria comunidade, sua região, os projetos para as localidades e as relações sociais. É importante a consciência da não imposição de valores entre as partes envolvidas.

Nestes encontros serão compartilhadas técnicas, levantamentos, informações e bases para a contextualização dos estudos. É uma ação estratégica para a corresponsabilidade entre os setores e municípios envolvidos no consorcio em referência. Neste sentido tem o objetivo de promover um alinhamento conceitual, informativo e participativo. Garantirá assim o envolvimento da comunidade, das entidades, das instituições, dentre outros entes, fortalecendo o conteúdo do estudo e as propostas futuras.

6.1.1.1. Procedimentos Metodológicos

- Explicar o que é o Plano de Saneamento, bem como, sua importância para o município;
- Fomentar/induzir a participação social;
- Potencializar as informações para todos os segmentos e atores envolvidos;
- Valorizar o saber, a cultura popular e a tomada de consciência sobre a própria comunidade;
- Incentivar aos presentes a expor ideias, opiniões e os problemas.

A Conen será responsável pela realização de 01 (uma) oficina prevista para o mês de novembro de 2013. Entretanto, os processos de mobilização social continuarão através dos demais mecanismos, como seminários, audiências, etc.

6.1.1.2. Recursos Necessários

- **De Multimídia:** Microfone, tela e Datashow.
- **Detalhamento dos Conteúdos Programáticos:** É de responsabilidade de cada palestrante o conteúdo a ser apresentado, assim como o Material Didático a utilizar.
- **Recursos Didáticos:** Apresentação em Datashow e folheto.

6.1.1.3. Convocação

- A convocação deve ser prévia com no mínimo 15 dias de antecedência utilizando os meios midiáticos disponíveis, assim como a divulgação no site das prefeituras envolvidas.

A efetiva participação social também pressupõe o envolvimento dos vários atores sociais e segmentos intervenientes conforme as diferentes formas e condições em que são afetados e envolvidos.

Para o êxito destas ações o ideal é que sejam feitas “checklists”, assim como uma relação de participantes/convidados. Esta listagem deve ficar sob a responsabilidade dos municípios envolvidos e dos órgãos do estado relacionados ao tema e serem entregues antecipadamente. As demais comunicações serão feitas pelas vias de comunicação de massa como jornais, cartazes e internet.

Atentos para que no futuro participem efetivamente do acompanhamento de um plano ou projeto de saneamento ambiental, através dos instrumentos determinados, deve-se verificar a identificação e a descrição das organizações e grupos sociais, formas de expressões social e cultural, tradições, usos e costumes, percepção em relação à saúde, ao saneamento e ao ambiente.

Deve-se ainda identificar as redes, órgãos e estruturas de educação formal e não formal, e avaliar a capacidade de apoiar projetos e ações de educação ambiental combinados com programas de saneamento básico.

Deste modo estas oficinas serão instrumentos importantes para a definição de futuras parcerias e participações em atividades correlatas.

6.1.2. Seminário

Realização do Seminário para Consolidação da Caracterização e Diagnóstico e Seminário para Consolidação das Proposições e Diagnóstico.

6.1.2.1. Recursos Necessários

- **De Multimídia:** Microfone, tela e Datashow.
- **Detalhamento dos Conteúdos Programáticos:** É de responsabilidade de cada palestrante o conteúdo a ser apresentado, assim como o Material Didático a utilizar.
- **Recursos Didáticos:** Apresentação em Datashow e folheto.

6.1.2.2. Convocação

- A convocação para os Seminários deve ser ampla e aberta ao público em geral, através de convites/ofícios institucionais, específicos ou até mesmo nominais e demais veículos de comunicação.

6.1.3. Consulta Pública

Será realizada uma consulta pública mediante disponibilização, de 20 a 30 dias, na página eletrônica dos municípios envolvidos e da AGEVAP, a fim de que a população possa ofertar sugestões e/ou contribuições em prol do aperfeiçoamento do Plano. Nesta etapa recomenda-se também que a população compareça a prefeitura para uma consulta ao material em sua versão preliminar.

6.1.4. Audiência Pública

Conforme previsto, findo o prazo da consulta pública deverá ser realizada uma Audiência Pública sobre a versão preliminar do PMSB.

6.2. Produção de Material Para Divulgação

Previamente, foi estabelecida a produção de materiais impressos por ser de registro mais duradouro, facilidade de distribuição e armazenamento. Estão listados abaixo os instrumentos básicos a serem utilizados na atividade de comunicação social.

6.2.1. Folder

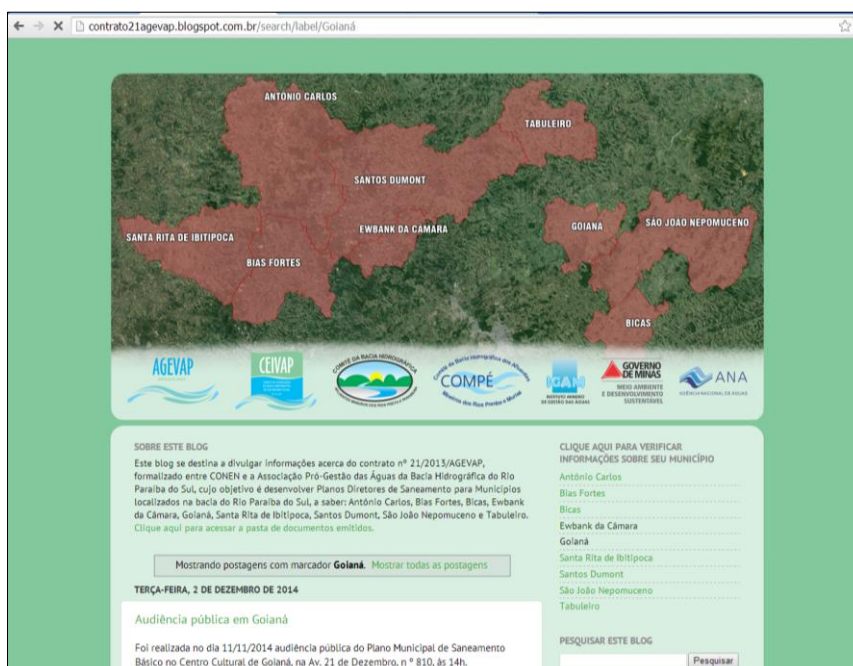
Instrumento que possibilita divulgação de um assunto de maneira atraente e objetiva. Este deverá conter uma explicação sobre a obrigatoriedade de elaboração dos planos municipais e a importância do saneamento básico, entre outras informações pertinentes.

6.2.2. Cartaz de divulgação

Instrumento que será fixado em local estratégico e forma visível antes do início dos trabalhos.

6.2.3. Blog

Espaço virtual, que será acessado através do seguinte endereço eletrônico: **<http://contrato21agevap.blogspot.com.br/>**, no qual serão postados todos os conteúdos produzidos, tanto para a divulgação dos trabalhos, quanto os registros feitos em cada etapa da elaboração do Plano. Este instrumento configura uma forma de comunicação continuada, pois abrirá espaço para qualquer pessoa que deseje, contribuir com informações pertinentes ao assunto tratado.



6.2.4. Veículos de Comunicação – Mapeamento Local

A responsabilidade de divulgação dos materiais produzidos será de **cada município** envolvido que, analisará e fará o levantamento dos veículos de comunicação disponíveis e mais adequados para difusão das informações.

Cabe aqui a sugestão de envio de *releases* para os meios de comunicação em geral; para informações sobre o andamento dos trabalhos de elaboração do PMSB, bem como, informar a agenda dos eventos, ou seja, busca de espaços espontâneos em jornais impressos locais, programas de rádio, internet, blogs, entre outros. Visto que o assunto é de interesse público e é direito da população ter as devidas informações.

“o release é o elemento de ligação entre a empresa e a mídia. É matéria jornalística de interesse da instituição, que ela quer ver publicada pela mídia, ou é um complemento de informações enviado como sugestão, uma espécie de roteiro distribuído pelo assessor de imprensa durante as entrevistas e eventos empresariais visando facilitar o trabalho dos repórteres”. (Manual de Comunicação, 2004).

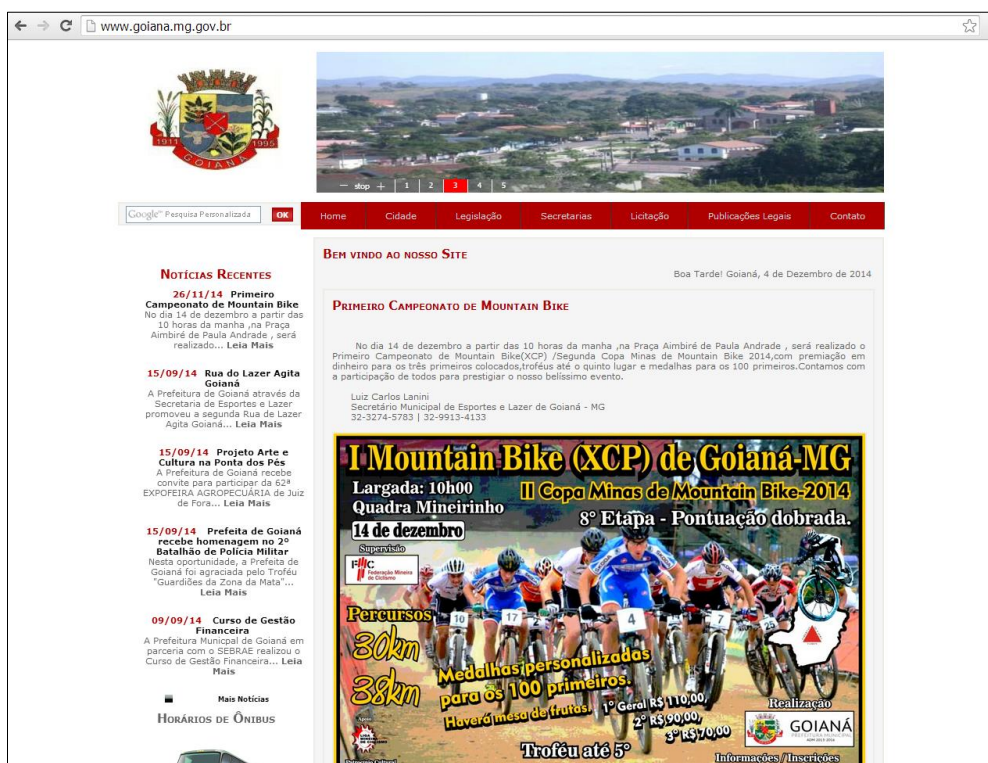
É essencial estabelecer um canal de diálogo com os jornalistas locais. De modo geral, os veículos de comunicação estão sempre abertos às sugestões de pautas da sociedade.

O tema do saneamento básico deverá ser bastante valorizado no material destinado a imprensa, mostrando, sobretudo, a importância e o impacto que este tema tem sobre a vida dos cidadãos.

No Município de Goianá foi identificado o seguinte veículo de comunicação para a divulgação das informações pertinentes ao plano e para convocação da população para os eventos públicos:

- Site da Prefeitura

<http://www.goiana.mg.gov.br/>



6.3. Atores/Parceiros Envolvidos na Elaboração do PMSB

A participação e envolvimento de toda população é essencial para a construção deste trabalho, para isto, existem grupos que se destacam, por contribuírem para a divulgação e mobilização social, juntamente os demais agentes oficiais envolvidos.

No Município de Goianá, foram identificados os seguintes grupos parceiros e atuantes: Secretaria de Ass. Social, Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, Secretaria de Esportes, Conselho do Idoso, Conselho de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Câmara de Vereadores, Secretaria de Obras, Secretaria Municipal de Saúde, Conselho M. Patrimônio, Conselho do Adolescente, Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, Escola Estadual, CRAS, EMATER-MG, Associação Art. Agr. Familiares, Igreja Adventista, Igreja Metodista, Sindicato dos Servidores, Armazim e Papelaria do Bê, Sociedade São Vicente de Paula, representados pelos seguintes atores, entre outros:

Nome	Representação	Contato
Maria Aparecida Nunes	Secretaria de Ass. Social	social@goiana.mg.gov.br
Silvana Ribeiro do Carmo	CMAS	Silvana-celia@hotmail.com
Lanini Luiz Carlos	Secretaria de Esportes	laniniluzcarlos@yahoo.com.br
Diva da Silva	Conselho do Idoso	32745712
Eliana Silvia Costa Ribeiro	Conselho de Saúde	99661345
Cirineu Mendes Ribeiro	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	meioambiente@goiana.mg.gov.br
Fabiano Borges Roberto Rodrigues Josiel de Queiroz Joaquim Aquino	Câmara de Vereadores	Fabianoborges2009@gmail.com 99856527 josielhaber@hotmail.com
Fábio dos Santos	Secretaria de Obras	
Jane de Azevedo Duarte Oliveira	Secretaria Municipal de Saúde	saúde@goiana.mg.gov.br
Maria de Lourdes	Conselho M. Patrimônio	99080785
Ana Santiago da Costa	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	turismo@goiana.mg.gov.br
Camila Loures	Escola Estadual	camilaloures@yahoo.com.br
Osório Pereira	CRAS	ozoriopvidal@ig
Patricia A. C Milton Junior	EMATER-MG	goiana@emater.mg.gov.br
Lucia Martins Darci Sebastiano Carvalho	Ass. Art. Agr. Familiares	99289870
Salomão Pinto de Oliveira	Igreja Adventista	
Hamilton Fernando Dutra Militão	Igreja Metodista	
Maurílio Ciconeli Duarte	Sindicato dos Servidores	
Maria Angela	Armarinho e Papelaria do Bê	
Priscilla Aparecida Selina	Sociedade São Vicente de Paula	

6.4. Locais de Realização dos Eventos

De uma forma estratégica, foram identificados dois possíveis locais para realizações dos eventos abertos ao Público. A escolha se deve ao fato de ser de fácil acesso e conhecimento de todos, o que está diretamente ligado ao sucesso dos encontros. São eles:

- Prefeitura Municipal – Av. Vinte e Um de Dezembro, nº 850 – Centro – Goianá;
- Centro Cultural - Av. Vinte e Um de Dezembro, nº 810 – Centro - Goianá

6.5. Controle das Ações

A função de controle é fundamental para acompanhar o andamento das ações, para que seja medido o progresso e resultados já obtidos e também para registro dos fatos. Para este controle, serão elaborados alguns relatórios de etapas do processo de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, contendo o resumo das atividades desenvolvidas em cada um dos encontros realizados no município.

7. Equipe Técnica

Equipe de Coordenação:

- Diretor Executivo - André Luis de Paula Marques
- Diretor de Recursos Hídricos – Helvécio Zago Galvão César
- Engenheira Interina – Tatiana Ferraz

Equipe Executiva Local:

- Cirineu Mendes Ribeiro – Secretário de Desenvolvimento Econômico
- Fabio Zeferino dos Santos – Secretário de Obras e Serviços Urbanos
- Eduardo Rodrigues de Lima – Procurador Jurídico Municipal
- Fátima Regina C. Cruz Escobar – Conselho Municipal de Meio Ambiente
- Jane Azevedo Duarte Oliveira – Secretaria de Saúde
- Silvana Célia Ribeiro do Carmo – Conselho Municipal da Criança e Adolescente
- Maria Aparecida Nunes Deotti – Secretaria de Promoção Social

Equipe Conen:

- Eng. Ernani de Souza Costa (Diretor)
- Ana Hafner (Coordenadora)
- Ana Paula Carvalho
- Breno Rosa
- Luiza Rocha
- Lygia Maranhão
- Marcelo Portugal
- Rafael Nunes
- Ricardo Jesus
- Roseneide Sousa
- Sigried Buchweitz
- Assessoria Jurídica: Adv. Alice Brandão Klingelhofer
- Assessoria Administrativa: Adm. José Eduardo Vaz de Macedo Soares

8. Cronograma de Atividades

A seguir está apresentada a sequência cronológica do andamento das etapas, com as atividades de participação social do Plano Municipal de Saneamento Básico,

Tabela 1: Cronologia de participação social

Meses	Produtos	Etapas	Dia - Reuniões e/ou Participação Social
Ago/13		Planejamento	26 - Assinatura de contrato 021/2013 AGEVAP
Out/13	P1 e P2		10 - Oficina Prévia 24 - Reunião com Equipe de Coordenação
Nov/13	P3	Caracterização	11 – Visita ao Aterro Sanitário – Vital Engenharia 12 - Oficina de Sinergia 12 - Reunião com Equipe Executiva Local
Dez/13	P3	Caracterização	05 - Reunião com Equipe de Coordenação
Jan/14	P3	Caracterização	29 - Reunião com Equipe de Coordenação
Fev/14	P4	Diagnóstico Setorial	07 - Reunião com Equipe Executiva Local - 07 - Seminário para Consolidação da Caracterização e Diagnóstico 18 – Reunião Técnica na COPASA 20 – Visita ao Consórcio ACISPES
Mar/14	P5	Fase 1: Estudo Populacional	
Abr/14			29 - Reunião com Equipe de Coordenação
Mai/14	P6	Proposições	30 - Reunião com Equipe Executiva Local - 30 - Seminário para Consolidação das Proposições e Prognóstico
Jun/14	P5	Fase 2: Arranjos Institucionais, Jurídicos e Econômico-Financeiros	30 – Reunião de Coordenação – P7 – Sistema de Informações Geográficas - SIG
Jul/14	P7	Banco de Dados - SIG	07 - Reunião com Equipe de Coordenação - Produto 7 e Produto 8
Ago/14	P8	Versão Preliminar	
Set/14	P8	Versão Preliminar	09 – Reunião com Equipe Executiva Local - Proposições e Investimentos
Out/14	P9	Versão Preliminar	20 - Consulta Pública
Nov/14	P9	Versão Preliminar	11 - Audiência Pública
Dez/14	P9	Versão Final do Plano	15 - Entrega do Produto 9
	P10	Encerramento dos Trabalhos	Reunião com Equipe de Coordenação - 15 - Entrega do Relatório Síntese

9. Referências Bibliográficas

BERLO. David Kenneth. **O Processo da Comunicação:** introdução à teoria e à prática, São Paulo: Martins Fontes, 1985.

BRAGA, Fernando Antonio Pereira. Manual de Comunicação Empresarial. Cadernos de Comunicação Série Estudos. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. 100p.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Caderno Metodológico para Ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009. 100 p. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br>>. Acesso em: 03 out. 2013.

CEREJA William Roberto, MAGALHÃES Thereza Cochar. Português: Linguagens: Literatura, Produção de texto e Gramática. Volume I. 3ed. rev.e ampl. São Paulo: Atual,1999.

OLIVEIRA Maria Teresa Chenaud Dá de. **Aspectos Conceituais e Metodológicos da Participação e do Controle Social.** Disponível em: http://www.moodle.ufba.br/file.php/12717/Aspectos_conceituais_e_metodologicos_da_participacao_e_do_controle_social.pdf Acesso em: 03 out.2013

Presidência da Republica. Casa Civil. Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm. Acesso em: 03 out. 2013.

Saída de Emergência. Blog. Disponível em: <http://saidaadeemergencia.blogspot.com.br/2013/05/parcerias-e-associativismo-mercado.html>. Acesso em: 02 out.2013.

Termo de Referência AGEVAP. Plano Municipal de Saneamento Básico para Municípios Inseridos na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

VIEIRA, Roberto Fonseca. **Comunicação Organizacional:** Gestão de Relações Públicas, Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

PREFEITURA DE GOIANÁ. Disponível em: <http://www.goiana.mg.gov.br/>. Acesso em: 08.dez.2014.